

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E ATIVISMO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA**

**RESPONSABILIDAD SOCIAL CORPORATIVA Y ACTIVISMO SOCIAL EN LA EDUCACIÓN PÚBLICA DE LA CIUDAD FEIRA DE SANTANA**

**CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY AND SOCIAL ACTIVISM AT THE PUBLIC EDUCATION IN FEIRA DE SANTANA**

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i1.34794>

Vânia Pereira Moraes Lopes<sup>1</sup>

Antonia Almeida Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo discute a participação de setores empresariais na educação escolar e suas conexões com novas formas de intervenção do Estado na educação pública, notadamente quanto à relação entre Responsabilidade Social Empresarial e ativismo social, empreendidas na rede municipal de ensino de Feira de Santana-Ba, no período de 2001 a 2019. A pesquisa baseou-se na análise de conteúdo qualitativa, tomando como categorias de análise: Estado, Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e ativismo social. O estudo concluiu que a intervenção do empresariado nas políticas educacionais se constituiu em vetor de uma concepção de “empresa cidadã” e transferência de recursos públicos para o setor privado.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social Empresarial (RSE); Estado; Ativismo social.

**Resumen:** Este estudio analiza la participación de los sectores empresariales en la educación escolar y sus conexiones con las nuevas formas de intervención estatal en la educación pública, especialmente en relación con la relación entre la Responsabilidad Social Corporativa y el activismo social, emprendidas en el sistema escolar municipal. Feira de Santana-Ba, de 2001 a 2019. La investigación se basó en un análisis de contenido cualitativo, tomando como categorías de análisis: Estado, Responsabilidad Social Corporativa (RSC) y activismo social. El estudio concluyó que la intervención de la comunidad empresarial en las políticas educativas constituía un vector una concepción de "empresa ciudadana" y transferencia de recursos públicos al sector privado.

**Palabras clave:** Responsabilidad Social Corporativa (RSE); Estado; Activismo social.

**Abstract:** This study discusses the participation of business sectors at school education and its connections with new forms of state intervention in public education, notably regarding the relationship between Corporate Social Responsibility and social activism, undertaken in the municipal school system. Feira de Santana-Ba, from 2001 to 2019. The research was based on qualitative content analysis, taking as categories of analysis: State, Corporate Social Responsibility (CSR) and social activism. The study concluded that the intervention of the business community on educational policies constituted a vector of a conception of "corporate citizen" and transfer public resources to the private sector.

**Keywords:** Corporate Social Responsibility (CSR); State; Social activism.

### **Introdução**

Nas últimas décadas, setores organizados dos empresários vêm promovendo a disseminação e institucionalização de uma visão de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), através da qual vem dando materialidade ao ativismo social. Este, no dizer de Paixão (2016) refere-se ao

[...] “saber fazer”, em detrimento do ativismo político, cuja referência envolve certa compreensão da dinâmica da sociedade, considerando os processos de exploração do capital, a produção sistemática e permanente das desigualdades e o caráter contraditório do Estado capitalista nesse processo” (PAIXÃO, 2016, p. 136).

Em face disso, tem sido crescente a presença de setores empresariais na oferta de bens e serviços sociais, notadamente em temas de grande visibilidade, tais como: meio ambiente, educação e inclusão social. Este fenômeno ganhou maior expressão no Brasil a partir da década de 1990, consoante a ampliação das ações e estratégias que se pautaram a Reforma Administrativa. De acordo com Martins (2005), a RSE superou a filantropia empresarial ao se constituir em um movimento mais orgânico a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, quando “[...] novas práticas políticas ganharam presença no cenário brasileiro em sintonia com um movimento preexistente a nível mundial”. (MARTINS, 2005, p. 151).

À vista disso, este artigo problematiza o ativismo social de setores empresariais na educação pública, tomando como caso exemplar as ações empreendidas na rede municipal de Feira de Santana-Ba, no período de 2001 a 2019. O estudo buscou compreender os mecanismos de participação do empresariado na educação escolar, suas conexões com as novas formas de intervenção do Estado na educação pública, notadamente a passagem do pressuposto da filantropia para o da Responsabilidade Social. O estudo assumiu como categoriais de análise os conceitos de Estado, Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e ativismo social.

A categoria Estado é pensada em diálogo com a noção de Estado ampliado em Gramsci (2007), a qual compreende as tensões entre as classes sociais constitutivas do modo de produção capitalista e suas expressões nos diferentes espaços de disputas pelo exercício do poder (econômico, político e cultural), tanto pelas organizações privadas de hegemonia (sociedade civil) quanto pelos aparelhos de governo (sociedade política).

A RSE é compreendida como

[...] uma ideologia que expressa o encerramento de crise e tensões hegemônicas e indica novas acomodações políticas e novas movimentações qualitativamente superiores que penetram o campo das políticas de Estado e envolvem todas as frações de classe burguesa, reordenando relações políticas mais amplas localizadas no interior da sociedade civil. (MARTINS, 2005, p. 151)

Deriva dessa conceituação o entendimento de que o ativismo social refere-se ao engajamento da burguesia na oferta de bens e serviços até recentemente vistos como responsabilidades prioritárias do Estado. Portanto, trata-se de um *modus operandi* que faz da ação social, concorrente ou substitutiva do Estado, um vetor de disseminação velada de ideias forças, no contexto do aparelhamento intensivo dos governos pela burguesia. Nas palavras de Paixão (2016) é o “saber fazer” colocado em oposição ao ativismo político.

Para discussão sobre as ações do empresariado em Feira de Santana, buscou-se os procedimentos de análise de conteúdo qualitativa que, para Bardin (1977), constitui-se em um procedimento sistemático que procura codificar um *corpus*, levando em consideração as significações para produzir informação nova sobre um objeto. Portanto, defende que “[...] o fundamento da especificidade da análise de conteúdo [...] reside nesta articulação entre: - a *superfície dos textos*, descrita e analisada (pelo menos alguns elementos característicos) e - os *fatores que determinaram estas características*, deduzidas logicamente (BARDIN, 1977, p.

40)”. Dessa forma, o *corpus* analisado neste estudo abrangeu textos impressos e digitais produzidos pela Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana (SEDUC) e pelas empresas que formaram parceria com o poder público municipal, incluindo projetos e notícias. Os textos analisados foram selecionados em conformidade com os seguintes critérios: canal (escrito), temática (educação básica), funções (informativa, normativa, planejadora e formativa) e abrangência (Rede municipal de educação de Feira de Santana).

Feira de Santana, segunda maior cidade da Bahia, passou a integrar o círculo da RSE de forma mais direta a partir do ano de 2001, quando foram implementados os primeiros programas de parceria. Desde então, as parcerias entre o empresariado e a Secretaria Municipal de Educação tornaram-se correntes, indicando um movimento crescente de assimilação do ativismo social.

### ***Os empresários e a identificação com as questões sociais: da filantropia à responsabilidade social***

A trajetória do empresariado brasileiro no campo educacional, até a década de 1980, ocorria sob a tutela do sistema sindical patronal que, através da Confederação Nacional da Indústria (CNI), originada em 1938, teve grande protagonismo na criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Social da Indústria (SESI), respectivamente, nos anos de 1942 e 1946. Estas organizações desempenharam importante papel na “[...] adaptação psicofísica de parcelas significativas de trabalhadores e de seus familiares aos padrões burgueses de mundo racionalizado nos tempos do desenvolvimentismo” (MARTINS, 2005, p. 130).

Naquele contexto, os setores empresariais tiveram como preocupação inicial a qualificação da mão de obra para atuar na indústria brasileira e, quando em vez, distribuir oferendas aos pobres. Emergiram também desse processo ações sociais da burguesia nacional, de inspiração cristã, pautadas pela benemerência sazonal, conforme o calendário religioso, bem como os chamados clubes de serviços. Daí a associação com a filantropia empresarial em educação, conforme relatado por Martins (2005).

Entrementes, a partir da década de 1980 as ações do empresariado vão adquirindo outros contornos, associando a proposição de novas estratégias de intervenção em temas antes tratados como de responsabilidade prioritária dos governos com o surgimento de novas organizações ligadas ao empresariado, a exemplo do Instituto Liberal (1983), o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (1987) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (1989). A combinação de alguns fatores como crise econômica, intensificação dos movimentos sociais e sindicais pela garantia e ampliação dos direitos sociais, aumentou as tensões entre capital e trabalho. Desde então, essas organizações passaram a apelar para a ideia de unidade política, consoante a negação de conceitos estruturantes como o de luta de classes. A conciliação de classe passou a figurar como representativa dos supostos interesses comuns da sociedade, modelando estratégias modernas de difusão das formas de consciência política coletivas burguesas (MARTINS, 2005). A ideia de “solidariedade social” para a unificação de “todos” de um só lado passou a ser estruturante nesse processo.

A partir da década de 1990, esse modelo foi reforçado com a criação de duas instituições: Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), em 1995, e do Instituto Ethos de Empresas e

Responsabilidade Social (Ethos), em 1998, agentes de grande influência na difusão da noção de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Por meio dessas agências o empresariado brasileiro passou a consolidar sua organização política, equilibrando a produção e disseminação de suas ideias forças com ações diretas em projetos sociais.

Vale destacar que o GIFE teve o papel de demonstrar a importância do empresariado como integrante do terceiro setor e, assim, constituinte da sociedade civil, diante da suposta incapacidade do Estado em atender a todas as demandas sociais (REDE GIFE, 2013). Por outro lado, o Instituto Ethos, criado por um grupo de empresários de São Paulo, buscou consolidar o movimento da RSE no meio do empresariado nacional. O Instituto concentrou esforços para convencer as elites empresariais do seu protagonismo na solução dos problemas sociais e ambientais do país.

Para Neves (2005) a organização de segmentos do empresariado em torno dos princípios da RSE é parte e expressão da transição da classe “dominante” brasileira para assumir também sua posição de classe “dirigente”. Neste sentido, houve um “aperfeiçoamento” das estratégias de obtenção do consenso pois, se historicamente o domínio da burguesia se deu, prioritariamente, pelo uso da força (coerção), no contexto recente ela marchou para se legitimar como classe dominante e dirigente. Segundo Neves (2005), este movimento consolidou um processo de redefinição das estratégias de domínio, caracterizado pela despolitização e repolitização da sociedade política e da sociedade civil.

Despolitização da política, no sentido da inviabilização de projetos de sociedade contestadores das relações capitalistas de produção da existência, limitando as possibilidades de mudança aos marcos de um reformismo político. E repolitização da sociedade civil, no sentido de fortalecimento de práticas que induzam à conciliação de classes (NEVES, 2005, p. 90).

Para Gramsci (2007), essa “poderosa estrutura da sociedade civil” é característica do "estado de tipo ocidental", predominante nos países europeus e norte-americanos (contrapondo ao Estado do tipo oriental, soviético) do início do século XX e apresenta a complexidade dos processos de recomposição do Estado burguês. No contexto brasileiro recente, portanto, os aparelhos privados de hegemonia da burguesia (Organizações Sociais de diferentes naturezas) se confundem com os próprios movimentos sociais clássicos, tendo na RSE um instrumento para o exercício da dominação. Assim, os setores empresariais se constituem em novos atores na concepção de políticas educacionais e na sua operacionalização, alegando não só capacidade técnica, mas eficácia em face do *know-how* como gestores de empresas bem-sucedidas no mercado. Trataremos disso no tópico seguinte, observando suas manifestações em Feira de Santana.

### ***A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) na rede municipal de educação em Feira de Santana: o empresariado em ação***

Feira de Santana é a cidade-sede da Região Metropolitana homônima e situa-se entre as maiores cidades brasileiras<sup>3</sup>. Desde 2001 o município vem sendo administrado pelo mesmo grupo político, tendo como principal liderança José Ronaldo de Carvalho (Partido Democratas – DEM), cujo primeiro mandato coincide com o mesmo período de disseminação da RSE naquela localidade.

Logo no segundo semestre do ano de 2001, duas iniciativas de parcerias de empresas com a rede municipal de educação tomaram forma: o Programa Largada 2000 e o Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente. O primeiro, através de parceria com o SESI e Instituto Ayrton Senna (IAS), visava o desenvolvimento de uma pedagogia social para a juventude, com ênfase na cidadania e solidariedade. Chama atenção, o caráter transitório do programa que, desde a solenidade de lançamento no município, informava que duraria apenas seis meses como projeto piloto (SESI e Instituto Ayrton Senna lançam Programa Largada 2000, 2001).

O Programa Largada 2000 buscava atender o público jovem e apresentava um ambicioso objetivo de constituir-se enquanto uma política pública e “pedagogia social” para a juventude no Brasil, com ênfase na relação entre juventude e voluntariado e no conceito de “trabalhabilidade” (trabalho flexível) em substituição à lógica da formação para o pleno emprego. Ao responsabilizar o jovem da classe trabalhadora pelo seu próprio destino, os ideais de desenvolvimento do voluntariado, da cidadania, da solidariedade e da participação social são apontados como pilares de uma ética humanitária no século XXI. Estas intenções foram reafirmadas pelo Instituto Ethos, um dos parceiros desse programa:

O programa tem como objetivo contribuir para a implantação de políticas públicas no Brasil, exercendo pressão para a inclusão do jovem na agenda nacional. Implementa dois projetos convergentes, complementares e interdependentes. O primeiro, voltado para a produção e disseminação da pedagogia social relativa ao desenvolvimento do adolescente, e o segundo, ao redimensionamento das atividades de atenção direta a esse público. Uma das grandes novidades do “Largada” é a visão da juventude como um segmento que possui uma potencialidade presente, principalmente para o voluntariado (INSTITUTO ETHOS, 2003, p. 115).

Nota-se que a cultura do voluntariado, apontada como grande novidade do programa, disseminada como uma condição para o desenvolvimento do protagonismo juvenil, constituiu-se como parte dos artefatos que ajudam a camuflar os processos de negação de direitos básicos e, simultaneamente, fortalecem a ideologia da RSE. É simbólico desse movimento o esvaziamento do debate sobre a promoção da equidade para o acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, como bem comum que permite a ampliação das possibilidades de inserção humana na vida social. Ao contrário disso, a educação vem configurando-se como um processo de inclusão/excludente (KUENZER, 2005).

Quanto ao Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente, tratou-se de uma ação da Belgo Bekaert Nordeste S.A (antiga Jossan S.A), através da Fundação ArcelorMittal Brasil, envolvendo a parceria com a SEDUC, o que será discutido adiante.

Estas iniciativas foram precursoras das ações do empresariado industrial na agenda das políticas educacionais no município de Feira de Santana, as quais foram articuladas em torno de quatro eixos temáticos: a) Inclusão social; b) Educação Ambiental; c) Gestão do Ensino e da aprendizagem; d) Tecnologias Educacionais, conforme demonstra o quadro 01:

Quadro 01 - parcerias público-privado na rede municipal de educação de Feira de Santana (2001-2019)

Nº	Ano/ Período	Instituições	Projeto/programa	Eixos temáticos
----	-----------------	--------------	------------------	-----------------

01	2001	Serviço Social da Indústria – SESI/ Instituto Ayrton Senna	Programa Largada 2000	Inclusão social
02	2001-2019	Belgo Bekaert Arames/ Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Educação ambiental
03	2001-2019	Belgo Bekaert Arames/ Fundação ArcelorMittal Brasil	Programa Ver E Viver	Inclusão social
04	2007	Belgo Bekaert Arames/ Fundação ArcelorMittal Brasil	Programa de Educação Afetivo-Sexual (PEAS)	Inclusão social
05	2005-2007	Belgo Bekaert Nordeste/ Fundação Pitágoras	Sistema de Gestão Integrado (SGI)	Gestão do ensino e da aprendizagem
06	2005-2010	Empresa MWV Rigesa/ Instituto Supereco	Programa Rigesa de Educação Ambiental	Educação ambiental
07	2009-2011	Jornal A Tarde	Projeto A Tarde na Educação	Inclusão social
08	2010	Editora Melhoramentos	Projeto Ziraldo e Seus Amigos	Inclusão social
09	2010-2019	Microsoft/Instituto Paramitas	Microsoft Educação	Tecnologias educacionais
10	2010-2012	Empresa Aymarã Educação	Programa Cidade Educadora	Tecnologias educacionais
11	2010-2013	Empresa C&A / Instituto C&A	Projeto Paralapraca	Tecnologias educacionais
12	2015-2019	Google/Instituto Paramitas	Google for Education	Tecnologias educacionais
13	2014-2019	Klabin/ONG United Way Brasil e Instituto Avisa Lá	Projeto Crescer Lendo	Inclusão social
14	2014-2019	Klabin	Programa Caiubi	Educação ambiental
15	2014-2019	Belgo Bekaert Arames/ Fundação ArcelorMittal Brasil	Projeto Acordes	Inclusão social
16	2016-2019	Instituto Ayrton Senna	Programas "Se Liga" E "Acelera Brasil"	Gestão do ensino e da aprendizagem
17	2017	Pepsico	Projeto Sustentabilidade nas Escolas	Educação ambiental
18	2018-2019	Belgo Bekaert Arames/ Fundação ArcelorMittal Brasil	Projeto STEM (Educação Científica)	Inclusão social

Fonte: Elaboração das autoras, com base nos documentos.

Apresentamos a seguir a relação entre esses eixos temáticos e a atuação de algumas empresas na educação em Feira de Santana, compreendendo a cena local como parte de um movimento mais global, que vai além das fronteiras nacionais.

### ***Educação ambiental: da ECO 92 às escolas***

A questão ambiental como integrante da agenda de formação para a cidadania no século XXI foi uma das temáticas de maior relevância na agenda da RSE, tornando-se recorrente em duas décadas de parcerias do empresariado com o governo municipal. Com o suporte das deliberações aprovadas nos fóruns mundiais – dentre elas, a Eco 92 –, a sustentabilidade ambiental, preservação do meio ambiente e a sua



relação com o desenvolvimento da cidadania estão alinhadas com as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs), apontadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Nesse movimento global, a educação ambiental está condicionada à lógica da responsabilização pessoal, segundo a qual as atitudes individuais são determinantes para o enfrentamento dos problemas dessa ordem, independente dos fluxos governamentais, assim como dos interesses em disputa agenciados pelos organismos privados. Não é demais ressaltar que a ênfase nos indivíduos cumpre importante papel na camuflagem dos reais impactos da produção industrial sobre o ambiente e leva para escola a tarefa de dividir igualmente entre as pessoas os ônus pela poluição e demais formas de agressão ao planeta. Enquanto as empresas são apresentadas como cumpridoras de suas responsabilidades.

Em Feira de Santana, as parcerias com a temática da *educação ambiental* tomaram corpo através de projetos e programas interdisciplinares, cursos de formação de professores, oferta de cartilhas educativas sobre o meio ambiente, concursos de redação, ações nas escolas de preservação ambiental (plantio de hortas e jardins, reciclagem e coleta seletiva, dentre outros). Neste contexto, ganharam destaque duas iniciativas, conforme disposto no Quadro 1. O Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente (de 2001-2019), respaldado na suposta ausência do poder público no cumprimento da Lei nº 9.795/1999<sup>4</sup>, buscava mobilizar diferentes atores sociais e assegurar a inserção do tema da educação ambiental nos currículos das escolas públicas que firmaram parceria, em especial aquelas frequentadas pelos filhos dos trabalhadores e moradores do entorno da empresa. Destaca-se que todo trabalho de direcionamento dos projetos foi realizado pela equipe técnico-pedagógica da Belgo Bekaert Arames, por meio de sua Fundação, sendo esta responsável, entre outros aspectos, pelo cronograma, temas, cartilhas, materiais didáticos e premiações.

Quanto ao Programa Rigesa de Educação Ambiental, sua proposta está direcionada à promoção de curso de formação dos professores enquanto multiplicadores, para desenvolverem ações de preservação ambiental nas escolas municipais, além de integrar a proposta do programa no currículo escolar. (INSTITUTO SUPERECO, 2013). Nesse Programa, as ações são desenvolvidas ao longo do ano letivo, intervalando os conteúdos programados pelos professores. Os estudantes são estimulados a competirem, pois as propostas visam valorizar os mais “aptos” a produzirem desenhos e redações sobre o tema. A Rigesa, por meio do seu Instituto, e a SEDUC divulgam as experiências “exitosas” de professores e alunos, alimentando a ideia de que a parceria “empresa-escola” resolve os problemas das instituições escolares. Entretanto, esses projetos seguem um padrão que desconsidera a participação das escolas e do corpo docente na formulação de suas propostas, relegando a esses profissionais a tarefa de aplicação das metodologias pré-determinadas pelos parceiros.

O Programa Caiubi, implementado pela empresa Klabin, assim como o Projeto de Sustentabilidade nas Escolas, da empresa Pepsico, configuraram-se em ações mais pontuais e tiveram em comum a necessidade de levar para as escolas temas relacionados à sustentabilidade, reaproveitamento de resíduos sólidos, compostagem e coleta seletiva. O primeiro direcionado para ações de formação de professores das escolas do entorno da empresa; o segundo, para o recolhimento de embalagens da tetra park pela comunidade escolar.

Tem sido observado nesse processo que os profissionais docentes, em grande medida, não problematizam as propostas, indicando uma relação passiva quanto à concepção de educação introduzida. Deste modo, tendem a estimular as produções com os estudantes, ainda que para isso tenham que fazer o *marketing* das empresas, Fundações e/ou Institutos, como promotoras de uma consciência crítica sobre o papel do cidadão e da responsabilidade socioambiental.

### ***Inclusão social***

A *inclusão social* se apresenta como outro eixo estratégico e de grande relevância para a atuação do empresariado na propagação dos princípios da RSE. Em geral, as empresas signatárias da RSE implementam projetos que visam o atendimento à comunidade no entorno das instalações de suas fábricas e indústrias. Sobre o papel das empresas, o Instituto Ethos, desde 2003, destacava que,

A Responsabilidade Social Empresarial está além do que a empresa deve fazer por obrigação legal. A relação e os projetos com a comunidade ou as benfeitorias para o público interno são elementos fundamentais e estratégicos para a prática da RSE. Mas não é só. Incorporar critérios de responsabilidade social na gestão estratégica do negócio e traduzir as políticas de inclusão social e de promoção da qualidade ambiental, entre outras, em metas que possam ser computadas na sua avaliação de desempenho é o grande desafio. [...]

Enfim: a Responsabilidade Social Empresarial é definida pela relação que a empresa estabelece com todos os seus públicos (stakeholders) no curto e no longo prazo. (INSTITUTO ETHOS, 2003, p. 13)

O receituário da RSE, de acordo com o Ethos, orientou as empresas a considerarem, além de uma relação de compromisso com a comunidade e o público interno, estratégias e ações de responsabilidade social incorporadas como políticas de inclusão social e promoção da qualidade ambiental, como possibilidade de se constituir enquanto políticas públicas, fato constatado no “Programa Ver E Viver”.

O programa “Ver E Viver” restringiu-se a realização de procedimentos do teste de acuidade visual em alunos de escolas públicas do ensino fundamental. Embora o programa se confunda com uma ação puramente filantrópica, conforme análise de Martins (2005, 2007), na realidade opera no marco da RSE, haja vista duas características: a) aquisição de óculos mediante parcerias com empresas do ramo que tem seus negócios nas cidades; b) envolvimento de trabalhadores voluntários de diferentes ramos na causa (professores, funcionários e oftalmologistas), reduzindo também os custos do programa, além de assegurar o reconhecimento da empresa pela sua suposta preocupação em “investimento no social”.

Em outra dimensão da inclusão social, o Programa de Educação Afetivo-Sexual (PEAS), também desenvolvido pela Fundação ArcelorMittal, no ano de 2007, teve como intenção declarada o empoderamento e autonomia da juventude. O programa apontou como principais objetivos: estimular os adolescentes a refletir sobre temas relacionados à sexualidade e à saúde reprodutiva; reduzir os casos de gravidez indesejada e desenvolver uma maior responsabilidade em relação à sexualidade. A sua implantação nas escolas ocorreu através de realização de cursos de formação para os professores facilitadores, em instituições selecionadas, com a entrega de kits com materiais de educação afetivo-sexual, cartilhas e textos, além do monitoramento técnico da equipe da Fundação. No desenvolvimento do programa, dois aspectos



chamam atenção: primeiro, embora o programa apresentasse uma diversidade de temas a serem trabalhados, prevaleceu a ênfase no controle da natalidade. Sendo assim, as próprias dimensões autonomia e empoderamento acabaram restringindo-se à questão da gravidez na adolescência, conquanto os temas das drogas e violência também tenha entrado em pauta de forma mais isolada, mas sempre com o enfoque na responsabilidade do indivíduo. O segundo aspecto diz respeito à disponibilização de kits de material afetivo sexual e material paradidático no momento inicial de implantação. Deste modo a “transferência de tecnologia” para a rede municipal de educação foi esvaziada e resultou na responsabilização das escolas em relação aos custos para dar continuidade ao Programa.

Nos anos de 2018 e 2019, mais um projeto de inclusão social desenvolvido pela Belgo Bekaert foi implantado na Rede Municipal de Feira de Santana: Projeto S<sup>T</sup>EM - Educação Científica. Ele buscou aproximar os estudantes de temas ligados ao consumo de energia, uso racional da água e introdução aos conhecimentos de robótica. Com a intenção de construção de protótipos criativos, a proposta foi justificada como meio de aproximação com a ciência e estímulo dos estudantes para terem uma profissão. O projeto também tem um caráter interdisciplinar, envolvendo dimensões como trabalho e consumo, sustentabilidade e montagem. O projeto de Educação Científica, ao apontar a necessidade de instrumentalizar os estudantes para as novas tecnologias, demonstra a sua preocupação em conformar a força de trabalho para o que vem sendo sinalizado como transformações do setor produtivo.

Ainda no campo da inclusão social, destacaram-se mais quatro projetos que tiveram adesão da rede municipal de ensino de Feira de Santana, no período estudado: O Projeto Acordes, promovido pela empresa Belgo Bekaert Arames e a Fundação ArcelorMittal Brasil, voltado para aulas de música (flauta e violino); o Projeto Crescer Lendo, que fez doação de livros para as bibliotecas de escolas da rede, idealizado pela Klabin e executado pela ONG United Way Brasil e o Instituto Avisa lá; O Projeto A Tarde Educação, que realizou a distribuição de jornais em todas as escolas da rede municipal, através de convênio entre o Jornal A Tarde e a SEDUC; o Projeto “Ziraldo e Seus Amigos”, da Editora Melhoramentos, que consistiu na aquisição de aproximadamente 29.000 kits de livros (cada um contendo 12 títulos de literatura infanto-juvenil). Estes dois últimos projetos envolveram o desembolso mais direto de recursos municipais.

### ***Gestão do Ensino e da aprendizagem***

As parcerias com ênfase na *gestão do ensino e da aprendizagem* tiveram como marco o Sistema de Gestão Integrado (SGI), do Programa Ensino de Qualidade (PEQ), implantado em Feira de Santana desde o ano de 2005, sob a coordenação da Fundação Pitágoras. Sua finalidade principal era implantar práticas de gestão que garantissem a integração dos componentes da rede municipal de educação de Feira de Santana: SEDUC, escola, classe e aluno. A ênfase do programa esteve atrelada à formação de lideranças competentes, seguindo os modelos empresariais de gerenciamento.

O SGI se constituiu na implantação de um trabalho orgânico em que todos deveriam “falar a mesma língua”. De acordo com a orientação do programa, “[...] é preciso implementar um modelo de gestão que integre as visões, missões, valores, finalidade, metas, medidas, estratégias, práticas e procedimentos dos

4 sistemas: [SEDUC, escola, classe e aluno]” (FUNDAÇÃO PITÁGORAS, 2013). Além da gestão eficiente de tipo empresarial, o SGI apresentou como um de seus objetivos elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em face disso, desenvolveu mecanismos de controle das ações da gestão para que professores e alunos fossem avaliados quanto ao aumento dos resultados. Não obstante a exacerbação dos treinamentos de professores e estudantes para alcançarem a elevação no desempenho, os resultados alcançados foram abaixo do esperado, em comparação à média nacional. Neste sentido, no ano de 2017 as escolas avaliadas alcançaram indicadores pouco animadores, uma vez que apenas 2,4% deveriam manter a sua condição, 36,1% precisavam melhorar, 34,9% requeriam atenção e 26,5% estavam em alerta<sup>5</sup>.

Outra instituição que se consolidou como referência de gestão do ensino e aprendizagem nas políticas educacionais em Feira de Santana foi o Instituto Ayrton Senna. Como já foi indicado, desde 2001 o IAS estabeleceu parceria com o governo municipal, em conjunto com o SESI, para a implementação do Largada 2000. Em 2014, a SEDUC e o IAS vislumbraram novas parcerias, com foco na ampliação das ações para a correção da distorção idade-série e alfabetização, o que passou a ser materializado a partir de 2016. Por meio dos Programas “Se Liga” e “Acelera”, o IAS é hoje a principal parceira do município no combate à evasão e repetência escolar.

O acolhimento dos programas do IAS pela SEDUC é um exemplo da diversificação das formas de articulação das empresas com o setor público, pois, enquanto as instituições citadas no eixo “Educação Ambiental” procuram se afirmar como parceiras que promovem ações sem ônus, as relacionadas à “Inclusão Social”, à “Gestão do Ensino e da Aprendizagem” e a Tecnologias Digitais realizam parcerias e disputam os recursos públicos. Nestes dois últimos casos, os governos não são apenas financiadores, mas colaboradores ativos das agências na difusão de suas propostas. Mostra disso foi a participação do executivo municipal no Fórum de Líderes da Educação Pública, promovido pelo MindGroup, outro parceiro do IAS, quando as instituições privadas buscaram adesão dos secretários municipais e estaduais de educação quanto à adoção das suas tecnologias educacionais, conforme aponta matéria a seguir,

A secretária de Educação, Jayana Ribeiro, é uma das debatedoras do Fórum de Líderes de Educação Pública que acontece nesta quinta e sexta-feira, 6 e 7, em São Paulo, com a participação de gestores de educação de todo o Brasil.

O Fórum, organizado pelo MindGroup, pretende socializar as melhores práticas em gestão e avaliação, cooperação e parcerias, tecnologia e inovação, currículo e mobilização. [...]

Além da palestra, a secretária irá participar de uma reunião com dirigentes da Fundação Ayrton Senna sobre projetos voltados para a educação (Secretária de Educação faz palestra no Fórum de Líderes de Educação Pública, 2014)

No âmbito local, para angariar a adesão de diferentes sujeitos, o IAS utilizou-se desde a promoção de reuniões de alinhamento das ações com técnicos da SEDUC, passando pela seleção de escolas que seriam contempladas, pela formação de professores que aplicariam a metodologia definida pela equipe pedagógica do Instituto, até a realização de convênios com o Executivo Municipal para a compra de materiais didáticos elaborados por instituições parceiras. No estágio atual, tanto a SEDUC quanto o Instituto realçam a importância dessas parcerias para o desenvolvimento de estratégias que conduzam ao alcance das metas do Plano Municipal de Educação (PME).

Nesse processo, o IAS, além de adentrar às escolas com a oferta de serviços educacionais (programas e livros didáticos) que proclamam a melhoria do IDEB, vem direcionando as ações dos técnicos por meio do projeto Mediação Pedagógica, intensificando o alinhamento com a avaliação por resultados (Gestão da Alfabetização). Entre 2016 e 2019, o aporte de recursos para o IAS foi no valor 1.455.634,60 R\$ (hum milhão, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e trinta quatro reais e sessenta centavos) somente com a aquisição de livros didáticos.

A presença do IAS como formulador de políticas educacionais em Feira de Santana evidencia uma das faces mais controversas das ações dos empresários na educação, pois enquanto afirmam a minimalização das intervenções do Estado na área social, disputam os recursos públicos com voracidade.

### ***Tecnologias educacionais***

As ações de modernização e implementação das chamadas novas tecnologias da informação e comunicação no município de Feira de Santana ganharam presença mais efetiva na gestão do prefeito Tarcísio Pimenta (DEM 2009-2012). O mesmo chegou a ficar conhecido como o “prefeito digital”, pois ambicionava informatizar e construir uma rede, interligando todos os órgãos e departamentos da gestão pública do município, além de ofertar internet gratuita para todos os munícipes, consolidando o que chamou de uma “uma verdadeira revolução”<sup>6</sup>. As ações do governo para a área abrangeram: a instituição do Programa Feira Cidade Digital; a conclusão do “ônibus da internet”; a aquisição de 40 lousas digitais fixas e 5 lousas itinerantes; aquisição de condensadores de água; implantação do Sistema de Saúde Digital em diversas Unidade Básica de Saúde (UBS); implantação de infocentros em escolas municipais e em outros locais da cidade; internet gratuita em diversos bairros e no centro da cidade; as parcerias com empresas multinacionais produtoras e disseminadoras de tecnologias, levando projetos a escolas de educação infantil e ensino fundamental, além da educação de jovens e adultos.

As parcerias com ênfase nas *tecnologias educacionais* ganharam destaque a partir de 2010, quando o município selou relações com a Microsoft do Brasil. Na cerimônia de assinatura do convênio, o presidente da empresa no Brasil, Michel Levy, esteve presente e a imprensa local deu grande destaque ao evento, como visto no trecho da reportagem a seguir:

A Prefeitura de Feira de Santana assinou convênio de parceria com a Microsoft Brasil, para impulsionar projetos na área de educação pública, proporcionando a inclusão digital. [...]

O convênio foi assinado pelo prefeito Tarcísio Pimenta e pelo presidente da Microsoft Brasil, Michel Levy, que veio de São Paulo exclusivamente para o ato em Feira de Santana, em reconhecimento ao programa Feira Cidade Digital.

O prefeito Tarcísio Pimenta destacou [que] nós queremos sair do mundo do analfabetismo digital e embarcarmos numa tecnologia em que a gente pode diminuir as diferenças, que a gente pode ofertar àqueles que mais precisam oportunidades na vida.

O presidente Michel Levy observou a importância dos investimentos realizados pela Prefeitura na área de tecnologia para a população. [...] Estamos presenciando a passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade do conhecimento. Para nós é muito bom ter contato e conhecer gestores públicos que possibilitam acesso à tecnologia, seja como da Educação Básica, do Planetário (do Museu Parque do Saber). A visão de trazer a banda larga, acesso da Internet, tecnologia como meio para desenvolvimento muito coincidente

com a missão da Microsoft, de fazer com que as pessoas realizem seu potencial”, ressaltou. (Presidente da Microsoft em Feira de Santana pela importância do Feira Cidade Digital, 2010)

A Microsoft tem se destacado entre as grandes corporações de tecnologias da informação e comunicação, movimentando um grande mercado mundial no ramo educacional. A organização responsável pela implementação dos programas de parceria entre a Microsoft e o município foi o Instituto Paramitas, especializada em tecnologia educacional, tendo como enfoque a “emancipação digital”. O Instituto apresenta como missão “[...] desenvolver ações socioeducativas inovadoras, para gestores, educadores e alunos, visando à melhoria da aprendizagem e condições de vida, autonomia e transformação social e cultural, por meio das tecnologias” (INSTITUTO PARAMITAS, 2020). O Instituto começou a atuar em Feira de Santana ministrando as oficinas de Criação Digital, Pilares da Educação Digital e Programa Aluno Monitor, da Microsoft do Brasil, para professores da rede municipal, sendo que estes seriam multiplicadores encarregados de formar mais alunos.

Em 2011, o Instituto Paramitas também oficializou a parceria com o município, passando a gerir os 23 centros digitais e o ônibus digital que integravam o Programa Feira Cidade Digital. Esses Centros funcionavam em escolas e outros locais da cidade, os quais ofertavam cursos de informática para estudantes e pessoas da comunidade, principalmente, jovens que buscavam o primeiro emprego e a aquisição de experiência no campo da informática. Assim, os cursos profissionalizantes foram nomeados Atendimento ao Cliente e Entrevista de Emprego, enquanto os de inclusão digital foram Primeiros Cliques e Aluno Monitor. Esses cursos, pela baixa carga horária (entre 4 a 60 horas), necessariamente não adentravam profundamente na formação profissional, apenas possibilitavam o acesso aos rudimentos iniciais para os estudantes manejarem algumas ferramentas e comportamentos requisitados pelo mercado.

Mesmo com o final da gestão do prefeito Tarcísio Pimenta, o Instituto Paramitas manteve sua vigorosa atuação na cidade. Em 2013, avançou suas ações em torno da chamada modernização digital do município. Duas questões merecem destaque nesse ano. A primeira foi a alteração na nomenclatura e área de atuação da Fundação Cultural Municipal Egberto Tavares Costa. A outra foi a expansão da atuação do Instituto Paramitas na oferta de cursos e suporte na gestão da informação da Secretaria de Educação.

A Fundação Egberto surge em 2005 como uma autarquia ligada à Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, através da Lei Nº 2592/2005, para incentivar, naquele contexto, o “[...] planejamento, execução, cooperação e avaliação das atividades culturais no âmbito da Administração Municipal” (FEIRA DE SANTANA, 2005). No entanto, a partir de 2013, a lei nº 3427/2013 alterou a Lei nº 2.592/2005 com o objetivo de incluir novas atribuições da Fundação no fomento às ações relacionadas à gestão da tecnologia da informação e telecomunicações na Prefeitura, incluindo a alteração do nome da própria instituição. De acordo com a Lei de 2013,

Art. 1º Fica criada a Fundação Municipal de Tecnologia da Informação, Telecomunicações e Cultura Egberto Tavares Costa - FUNITTEC, integrante da Administração Municipal Descentralizada, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, com prazo de duração indeterminado, sede e foro na Feira de Santana, Estado da Bahia, de acordo com as disposições estabelecidas nesta Lei. (FEIRA DE SANTANA, 2013).

Ainda em 2013, o Instituto Paramitas e a FUNTITEC estreitaram suas relações para garantir o suporte operacional, tecnológico e pedagógico dos 23 Centros Digitais, além da ampliação do suporte à Secretaria de Educação.

Já nos primeiros meses de sua gestão, a Secretária Jayana Ribeiro dava mostras da necessidade da articulação entre Paramitas e FUNTITEC nas propostas educacionais da SEDUC. Nesse sentido, uma das ações foi a transformação do Centro em Pólo de Cultura Digital da Drance Matos Amorim, no Bairro Baraunas, o qual também passaria a funcionar como um espaço de capacitação de professores e estagiários da rede municipal. Nesse mesmo ano foi lançado o Sistema Integrado de Educação, o qual teria como finalidade armazenar informações e criar uma base de dados sobre as escolas da rede municipal, abrangendo informações como: histórico escolar, matrícula, nota dos estudantes, frequência de funcionários e professores, atas e ainda a renovação da matrícula (GESTORES DAS ESCOLAS CONHECEM SISTEMA INTEGRADO, 2013).

Um dos projetos que prometia garantir a inovação e melhoria da qualidade do ensino foi o “Escola Inovadora”. De acordo com essa proposta, o objetivo era contribuir para que os professores pudessem planejar aulas mais dinâmicas e interativas, que pudessem resultar em aprendizagens mais significativas para os estudantes, através do uso das tecnologias da informação em sala de aula. Destaca-se a ênfase no treinamento para o uso das tecnologias digitais como caminho para melhoria da qualidade da educação. Para reforçar a necessidade da utilização das tecnologias no planejamento de aulas mais interativas, a SEDUC distribuiu mais de 1250 tablets para os professores, reforçando a importância da utilização dos aparelhos em sala de aula.

Em 2015, a prefeitura firmou parceria com a empresa Google, mantendo o Instituto Paramitas como responsável para implementar o Programa Google for Education para os professores da rede, o qual tinha como objetivo instrumentalizar os professores para que pudessem usar as ferramentas e plataformas em sala de aula. A formação foi iniciada com um projeto piloto em apenas uma escola da rede municipal.

A Prefeitura de Feira de Santana, através da Secretaria de Educação, firmou na tarde de terça-feira, 9, um acordo de cooperação com o Google for Education, iniciativa da empresa multinacional de mesmo nome. A formação de professores é o principal foco da iniciativa que terá inicialmente a Escola Municipal Eli Queiroz de Oliveira, do bairro Gabriela, como a primeira da Bahia a participar das atividades.

A partir de julho, professores e gestores da Escola Eli Queiroz vão ter formação para o uso dos aplicativos do Google para a Educação. Os encontros, divididos em atividades on line e presenciais, totalizam carga-horária de 60 horas em cinco módulos.

"Feira de Santana será a pioneira nesta formação. Durante as aulas, será possível aprender sobre o Gmail, Hangout, Google Sites, Google Sala de Aula, entre outros", explica Nilton Rodrigues, responsável pelo Instituto Paramitas Núcleo Regional do Nordeste, que é a ong parceira do Google e responsável pela implementação do projeto na Bahia.

A formação objetiva também a otimização do uso dos tablets recebidos pelos professores da Rede Municipal, como explica a secretária de Educação, Jayana Ribeiro: "Distribuímos os tablets com o objetivo de auxiliar no trabalho dos professores. (Secretaria de Educação firma parceria com Google para formação de professores, 2015)

Com esta parceria, a SEDUC também implementou o projeto “Escola Mais Interativa”, com a finalidade de garantir internet em 100% das escolas municipais e possibilitar o acompanhamento mais direto das instituições pela SEDUC. Segundo informação da secretaria de educação, o investimento para esse

projeto foi de quase seis milhões, e contemplou cerca de 170 escolas da rede (INTERNET PARA 100 POR CENTO DAS ESCOLAS, 2015). Além da utilização das plataformas da Google, a proposta também era incrementar *Chromebook* nas escolas, “[...] laptops da Google que visam promover o trabalho colaborativo, bem como garantir uma administração rápida e eficaz pela equipe escolar, com aparelhos de qualidade e baixo custo” (SALAS DE AULA MAIS COLABORATIVAS GRAÇAS À FORMAÇÃO DO GOOGLE PARA A EDUCAÇÃO, 2015). Em 2016, também foram adquiridos 120 *smartphones* para as escolas da rede municipal, para que os gestores pudessem falar com as diversas secretarias municipais e setores internos da Secretaria de Educação (SEDUC CERTIFICA 60 FORMADORES QUE IRÃO ATUAR NO ENSINO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, 2016).

Na Educação Infantil, o governo assumiu relações com a Aymarã Educação, através do Programa Cidade Educadora, destinado às crianças de quatro a cinco anos. A parceria, nesse caso, consistiu na compra de materiais pedagógicos e respectivo acompanhamento da empresa na execução do Programa. Só no ano de 2010, a prefeitura chegou a investir cerca de seis milhões na compra de livros e outros materiais.

Em outra frente, o Projeto Paralapraca, da Empresa C&A e do Instituto C&A, disponibilizou livros de literatura infantil e formação de professores, através de oficinas para aplicação da proposta da empresa. Neste caso, não houve aquisição de produtos pelo governo municipal. Contudo, em todos os casos, a influência e controle das instituições parceiras sobre o fazer pedagógico das escolas foi/é uma constante, seja pela instalação de um sistema integrado de educação, pelo armazenamento de dados e o acesso a todo planejamento dos professores e da gestão ou pela difusão de suas visões de mundo. Nesse processo, as nomeadas “revolução digital” e “inovação pedagógica” pilotadas pelo governo municipal dependeram enormemente do estreitamento de vínculos com empresas que tinham interesses comerciais diretos com a venda de seus produtos. Com isto, a lógica da Responsabilidade Social revelou mais uma das faces das contradições que carrega, pois, ao invés da cooperação das empresas, observou-se a expansão dos mecanismos de transferência de recursos públicos para o setor privado.

### ***Considerações finais***

As intervenções do empresariado nas políticas educacionais no município de Feira de Santana não foram gestos isolados, mas articulados a uma agenda que extrapola os limites territoriais locais.

Como visto, entre as parcerias do empresariado e SEDUC, predominaram intervenções articuladas em quatro eixos temáticos principais: Educação ambiental; Inclusão social; Gestão do ensino e da aprendizagem; Tecnologias educacionais. Nesse cenário, verificou-se não só a disseminação de um padrão de gerenciamento com base na ética empresarial, mas também, o apelo à participação dos estudantes e professores no desenvolvimento de atividades de preservação ambiental e inclusão social, principalmente, as voltadas para ações do voluntariado, cidadania e inserção no mundo do trabalho. Entre o marco inicial no ano de 2001 até o presente momento, os convênios saíram de três tímidas iniciativas para dezoito, indicando a adesão crescente ao ativismo social. Esse revelou-se tanto pela intervenção direta, por meio de programas direcionados para os aspectos didático pedagógicos, quanto pela difusão de práticas voluntárias



voltadas para a assistência social. Em todos os casos, as instituições tiveram visibilidade e passaram a ser reconhecidas pelas ações sociais.

Os processos observados em Feira de Santana denotam que o empresariado de cariz filantrópico não tem mais protagonismo nas relações diretas de parceria com os governos, pois em seu lugar emerge um empresariado que disputa diretamente os recursos públicos mediante a oferta de serviços diversos que prometem milagres educacionais, por meio de suas Fundações e Institutos. Essas instituições passaram a elaborar Programas e Projetos educacionais para substituir o trabalho de produção das propostas pedagógicas no interior das escolas. Assim, as ações de RSE e o ativismo social, ao mesmo tempo que cumprem o papel de promover a imagem das “empresas cidadã”, acirram a canalização de recursos públicos para o setor privado e corrompem a profissionalidade docente, isto é, o domínio profissional sobre os espaços, os tempos e os processos pedagógicos, com base em avaliação direta dos cenários pedagógicos de cada instituição e de cada grupo de educandos.

### Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. *Lisboa*: Edições JÓ, 1977.

FEIRA DE SANTANA. Lei Nº 2592, de 07 de julho de 2005. *Dispõe sobre a criação da Fundação Cultural Municipal Egberto Tavares Costa*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2005/259/2592/lei-ordinaria-n-2592-2005-dispoe-sobre-a-criacao-da-fundacao-cultural-municipal-egberto-tavares-costa>. Acesso em: 05.05.2020.

FEIRA DE SANTANA. Lei nº 3427, de 05 de dezembro de 2013. *Altera A Lei Nº 2.592, de 07 de Julho de 2005, que dispõe sobre a criação da Fundação Cultural Municipal Egberto Tavares Costa*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2013/342/3427/lei-ordinaria-n-3427-2013-altera-a-lei-n-2592-de-07-de-julho-de-2005-que-dispoe-sobre-a-criacao-da-fundacao-cultural-municipal-egberto-tavares-costa>. Acesso em: 05.05.2020.

FUNDAÇÃO ARCELORMITTAL BRASIL. Disponível em: <http://www.fundacaoarcelormittalbr.org.br>. Acesso em: 28.11.2019.

FUNDAÇÃO PITÁGORAS. Disponível em: [www.fundacaopitagoras.com.br](http://www.fundacaopitagoras.com.br). Acesso em: 29.11.2019.

GESTORES DAS ESCOLAS CONHECEM SISTEMA INTEGRADO. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Gestores-das-escolas-conhecem-Sistema-Integrado.html&id=7&link=secom/noticias.asp&idn=6926#noticias>. Acesso em: 09.05.2020.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, volume 3. Maquiavel: *notas sobre o Estado e a política*. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). Disponível em: <http://www.gife.org.br/>. Acesso em: 28.11.2019.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Disponível em: <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/home/index.asp>. Acesso em: 29.11.2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28.11.2019.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL (ETHOS). Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/>. Acesso em 30.11.2019.

INSTITUTO ETHOS. Práticas empresariais de responsabilidade social: relação entre os princípios do Global Compact e os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

INSTITUTO PARAMITAS. Disponível em: <https://www.institutoparamitas.org.br/web/>. Acesso em: 04.05.2020.

INSTITUTO SUPERECO. Disponível em: <http://www.supereco.org.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

INTERNET PARA 100 POR CENTO DAS ESCOLAS. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Internet%20para%20100%20por%20cento%20das%20escolas%20&id=7&link=secom/noticias.asp&idn=13259#noticias>. Acesso em: 06.05.2020.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão incluyente e inclusão excluyente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, Dermeval e SANFELICE, José Luiz. (Orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MARTINS, André Silva. Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo. 2007. 284p. *Tese (Doutorado em Educação)*. Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2007.

MARTINS, André Silva. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de Neoliberalismo de Terceira Via. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

PAIXÃO, Thaylla Soares. Classe social, hegemonia e educação: análise do projeto de educação integral do CENPEC para (re)organização da escola pública. 2016, 191p. *Dissertação (Mestrado em Educação)*. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora - MG, 2016.

PRESIDENTE DA MICROSOFT EM FEIRA DE SANTANA PELA IMPORTÂNCIA DO FEIRA CIDADE DIGITAL. Disponível em: <http://oliveiradimas.blogspot.com/2010/08/convenio-com-microsoft-e-mais-do-que.html>. Acesso em 05.05.2020.

SALAS DE AULA MAIS COLABORATIVAS GRAÇAS À FORMAÇÃO DO GOOGLE PARA A EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Salas%20de%20aula%20mais%20colaborativas%20gra%C3%A7as%20%C3%A0%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20Google%20para%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o&id=7&link=secom/noticias.asp&idn=13635#noticias>. Acesso em: 01.05.2020.

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO FAZ PALESTRA NO FÓRUM DE LÍDERES DE EDUCAÇÃO PÚBLICA. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br>. Acesso em 30.11.2019.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FIRMA PARCERIA COM GOOGLE PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Secretaria-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-firma-parceria-com-Google-para-forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores.html&id=7&link=secom/noticias.asp&idn=12320#noticias>. Acesso em: 09.05.2020.

SEDUC CERTIFICA 60 FORMADORES QUE IRÃO ATUAR NO ENSINO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Seduc%20certifica%2060%20formadores%20que%20ir%C3%A3o%20atuar%20no%20ensino%20de%20tecnologia%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o&id=7&link=secom/noticias.asp&idn=14849#noticias>. Acesso em: 05.05.2020.

SESI E INSTITUTO AYRTON SENNA LANÇAM PROGRAMA LARGADA 2000. *Folha do Estado*. Feira de Santana, 03 de ago. 2001.

SGI-FEIRA. Disponível em: <http://sgifeira.blogspot.com>. Acesso em: 30.11.2019.

## Notas

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

- 
- Professora da Educação Básica. CV: <http://lattes.cnpq.br/2423154131997683> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4402-5061>  
Email: [vanlopsi@gmail.com](mailto:vanlopsi@gmail.com)
- <sup>2</sup> Doutora em Educação pela USP, possui graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1991) e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (1999). Professora Titular do Departamento de Educação da UEFS. Membro do Centro de Estudos e de Documentação em Educação - CEDE - UEFS - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5801> e do Grupo de estudos e Pesquisas em Educação do Campo – EREA UEFS - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/43118> CV: <http://lattes.cnpq.br/6224537138349065> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6790-7761> Email: [antoniasilv@gmail.com](mailto:antoniasilv@gmail.com)
- <sup>3</sup> De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município ocupa a 34ª posição no ranking das cidades mais populosas do Brasil. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>. Acesso em 30.11.2019.
- <sup>4</sup> A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 dispõe sobre a educação ambiental, e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
- <sup>5</sup> Síntese produzida pelos próprios setores empresariais por meio da Fundação Lemann, a qual coordena o QEDu, com base nos dados produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), disponibiliza alguns indicadores educacionais. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/cidade/5149-feira-de-santana/ideb>. Acesso em 30.11.2019.
- <sup>6</sup> FEIRA DE SANTANA. Balanço de Gestão 2009. Disponível em: [http://www.feiradesantana.ba.gov.br/seplan/Balanco\\_Gestao/Balan%C3%A7o%20de%20Gest%C3%A3o%202009/Balan%C3%A7o%202009.1.pdf](http://www.feiradesantana.ba.gov.br/seplan/Balanco_Gestao/Balan%C3%A7o%20de%20Gest%C3%A3o%202009/Balan%C3%A7o%202009.1.pdf). Acesso. 04.05.2020.

Recebido em: 05.12.2019

Aprovado em: 20.04.2020